

# A EXPERIÊNCIA ANGOLANA E POTENCIAIS ÁREAS DE CONFLITO PÓS-ELEITORAIS

Excelências,  
Ilustres convidados e  
Caros participantes a este Seminário,

## 1. INTRODUÇÃO:

Não me parece tarefa fácil, tratar deste tema, sem se ter em conta a diversidade das experiências traumáticas que cada Angolano carrega, como resultado da nossa experiência comum, incluindo as fases eleitorais.

Não foi possível colher muitas dessas experiências para serem incluídas aqui. O tempo não permitiu. Mas como observador participante e apoiando-me em trabalhos referenciados e não só, quero partilhar com todos a ideia de que: **“A construção da Nação Angolana, é um processo que começou a ser esboçado no passado, pelos nossos ancestrais e continua, em busca da perfeição.**

Esta construção tem passado por etapas que não podemos ignorar: a guerra de resistência, a da Libertação, a guerra civil e a era da reconstrução que a paz propõe. Nestas etapas, as eleições serão referenciadas e terminaremos perspectivando o futuro, uma vez feita a escolha da Democracia como o veículo da contribuição das gerações presentes nesta empreitada.

É evidente que, conquistados que fomos, como povos de várias identidades, forjamos na luta de resistência e pela nossa liberdade, a nossa identidade histórica, como Nação Angolana. Isto não é só dom da história é também dom de Deus, o Dono da História e que quer que Angola, ainda que pequena, se erga como uma grande Nação, entre as nações do Mundo.

Esse nosso projecto condenado a ser de justiça inclusiva, só será viável através da democracia. Entendida como “o despertar da consciência popular do homem livre ou o exercício de governo por este povo livre, através dos seus representantes, caracterizado pelo espírito de liberdade civil e pela reconhecida igualdade do cidadão perante a lei.”(1)

Para chegarmos até aqui, devemos-lo a uma caminhada heróica do nosso povo que é, também, uma caminhada de fé com nosso Deus. Angola é um projecto Divino e um destino histórico de um povo, o povo Angolano.

Tal como foi para com o povo Hebreu, este projecto deve ter, necessariamente, como ingredientes, o amor e a solidariedade. Onde o amor existe, Deus ali jaz, porque Ele é Amor e por isso torna os homens responsáveis uns dos outros. Sem isso, qualquer projecto humano colapsa. Por isso, neste projecto vivemos pela fé e da fé, na promessa de que Angola será uma grande Nação, se for construída no amor e na solidariedade.

Como experiência Angolana, devemos reflecti-la a partir da nossa génese e etapas subsequentes, marcadas por uma vontade férrea pela liberdade.

## 2. PASSADO HISTÓRICO

### 2.1. Guerra de Resistência

É sabido que, Angola foi uma colónia portuguesa de 1482 até 1975. Esta presença portuguesa por essas terras foi muito violenta, pois, o povo Angolano, foi neste período sujeito escravizado, servindo de mão de obra barata, na produção agrícola, industrial, serviços públicos, domésticos e na extracção de minerais.

O que deve ser sempre lembrado é que, Angola não era, até aí, uma unidade política e económica integrada. Por outro lado, a ocupação portuguesa, do presente território – Angola - , não foi negociada, mas sim tomada à força, através de conquistas militares. Estas conquistas foram dirigidas contra entidades políticas soberanas e autónomas que, de forma natural, se interligavam ou por laços comerciais ou por vassalagem, geralmente dos pequenos reis aos grandes reinos. Nenhum desses reinos, pequeno ou grande, parece ter desejado viver sob a tutela estrangeira. Por isso, lutaram e resistiram contra a ocupação estrangeira. Fizeram-no, cada reino, a seu jeito. Não pensaram em coisas como: a unidade, a estratégia conjunta, até que finalmente se viram vencidos, embora não destruídos.

Na hora do aperto, podemos falar de coligações, o que fazia sentido, o inimigo era o mesmo, poderoso e que, palmo a palmo, foi somando, pedaço a pedaço, à sua pátria, chegando a chamar-nos, província portuguesa no ultramar. Isto quando, as Nações Unidas já questionavam a brutalidade com que eram governados os povos conquistados, nos territórios Africanos, com especial realce para Angola.

A meu ver, “ **Angola que almejamos, é um processo, que nasceu destas resistências em defesa das identidades locais e que por força do destino, acabaram por formar esta simbiose que – unida na diversidade, lutando pela liberdade - se chama hoje Angola. Este processo, complexo de construção da consciência nacional Angolana, não é algo acabado, projecta-se para gerações vindouras, como herança da luta heróica dos povos desta terra.**”

Este processo teve, muitas influências, positivas e negativas. Portugal ocupou, mas foi a Conferência de Belrim sobre a África Ocidental, de Novembro de 1884 a Fevereiro de 1885 que legitimou a ocupação e o território que hoje é nosso orgulho; a urbanização e a educação - não importa solidária ou discriminatória, do estado ou missões Católicas e protestantes – contribuiu para despertar nos Angolanos o sentido de justiça, direito à identidade, dignidade e socializa-los, para este ideal de uma só Nação, pela liberdade; o impacto das guerras mundiais sobre a política internacional – com o surgimento das Nações Unidas (1948) e a preocupação pelos direitos dos homens e dos povos, e as independências Africanas, foram fulcrais no incentivo do nacionalismo Angolano, para a autodeterminação; até mesmo os serviços forçados, como contratados, e as prisões, jogaram um papel de aproximação dos povos que nos surpreende. Como um dia testemunhou o Rev. Jesse Chiula Chipenda, o único dirigente da Igreja, de sua estatura a morrer como um prisioneiro político, numa prisão de tão baixa classe, como S. Nicolau, agora Bentiaba: “ Eu considero a minha vinda para aqui como uma benção de Deus. Se eu continuasse sempre no Dondi, eu não teria o privilégio de contactar cristãos de todas

as partes de Angola. Aqui há cristãos de Cabinda, no Norte até às terras do Kuanhama, no Sul, e do Oceano Atlântico, no Ocidente ao Dilolo, na fronteira este.

Aqui Deus é adorado por todas as tribos. Aqui cada um pode apreciar melhor a expansão da Igreja em Angola.” (2).”

## **2.2. Guerra de Libertação**

Nos anos 1950s, a contínua oposição ao poder colonial, se havia solidificado. Lisboa, Kinshasa, Luanda, Huambo, e Benguela se haviam transformado em centros de subversão Angolana, contra o colonialismo Português. A luta armada pela independência começou em 1961. Logo, de todos os pontos do país, pessoas aliaram-se à causa da liberdade. Aqueles que puderam, como água atravessando a rede, passaram fronteiras, fugindo da fúria colonial e juntaram-se à luta que estava sendo organizada a partir do exílio.

Infelizmente, as percepções da luta, dentro do movimento nacional de libertação, divergiram profundamente. Lutas internas, não somente de gerações, como de identidades, levaram à intrigas, divisões e perseguições que fraccionaram, seriamente, o nacionalismo e enfraqueceram a luta e a solidariedade. Em vez da união que faz a força, rotulamo-nos de inimigos, uns dos outros. Três forças, inimigas, combateram-se fortemente por razões muitas vezes subjectivas, mas que como Francis Bacon, assinalou, estas razões não podiam situar-se aquém do nosso apego aos nossos ancestrais ídolos da tribo que a ferro e fogo, sempre estivemos prontos a defender de tudo o que atentasse contra eles. (3)

Esta constatação, dá igualmente razão ao Rev. Ngoy Mulunda, que escreveu dizendo: “A democracia, com o seu conceito de oposição, coloca diante dos Africanos um grande desafio, pois, não faz parte da sua estrutura de pensar, esta ideia de tolerar inimigos. Para o Rev. Mulunda, na tradição Africana não existe o vocábulo “oposição.” O único conceito que melhor entendemos é o de “inimigo.” E o que é mais grave ainda, diz o Rev. Mulunda, nesta maneira de entender Africana, é que o inimigo não é para entreter, mas sim, para eliminar. No contexto Africano, o inimigo do Soba é também inimigo de toda a comunidade.”(4) Por isso mesmo, ainda que o Soba não o execute, nós seus apoiantes, fazemo-lo em seu nome. Daí a imensidão de homicídios colectivos.

Na realidade, esta ideia, é também contraria ao ensino de Jesus que disse aos seus discípulos : “ amai vossos inimigos, e bendizei os que vos maldizem, fazei bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos maltratam e vos perseguem;” (Mateus 5:43,44)

Quando em 1974, o regime Salazarista entrou em colapso, em Portugal, dando início ao processo de descolonização, já Angola era atravessada por um rio de sangue inocente de seus próprios filhos, mortos pelos seus próprios irmãos, por rivalidades simplesmente ideológicas que forçavam à exclusão uns dos outros. Cumpria-se assim, a profecia de Jesus quando dizia: “ Todo o reino dividido contra si mesmo, não pode prevalecer contra os seus inimigos.” (S.Lucas 11:17) - reais, como são: a pobreza, cobiça externa, a falta de instrução, de amor, de solidariedade e de paz.

### **3. A INDEPENDÊNCIA**

#### **3.1. A Guerra Pelo Controlo Político**

A independência, que foi sempre um sonho que nutria a esperança de um amanhã de prazer e alívio, tornou-se num inferno. No dizer do Rev. José Belo Chipenda, “O que se passa em Angola não agrada a Deus. O povo que Ele tanto ama está a receber o que não merece. Pede pão, mas recebe pedra; pede peixe, mas recebe serpente; pede ovo e recebe escorpião.” Isto não é justo, porque, continua o Pastor Chipenda: “ qualquer guerra termina com a paz e é a paz que o povo quer ter.” (5)

A estrutura de ascensão de Angola à Independência era multipartiria e previa eleições, como forma de partilha e legitimação do poder político. Houve igualmente, a consciência de posições divergentes e da necessidade da reconciliação, entre os três Movimentos de Libertação, FNLA, MPLA e UNITA, para que Angola pudesse prevalecer como uma família unida. Porém, fomos infelizes, por não termos aproveitado a independência como uma oportunidade para construirmos, na paz, aquilo que é, afinal, o nosso destino inalienável, a Pátria Angolana.

Em vez disso, iniciamos uma luta sem tréguas e uma longa caminhada de negociações e assinaturas de acordos, muitas vezes precipitados, por agendas não confessadas, que impossibilitaram sempre honrá-los. Tudo isso feito em busca de uma reconciliação sustentável entre irmãos.

A realidade, porém, foi que, os progressos neste sentido tardavam cada vez mais, alongando o sofrimento das populações. Isto, por muitas razões, mas, de entre elas devemos considerar as seguintes:

- a questão da reconciliação não é, simplesmente, um assunto de declarações públicas, mas sim, mudanças profundas de comportamento, revolução de atitudes e um desfazer-se dos ídolos da tribo ou da cave que são sempre grandes obstáculos à um pensamento claro, comportamento perfeito, justo e responsável. Reconciliação, pressupõe, amar, perdoar, arrepender-se, mudar atitudes, desejar vida e felicidade a quem não merecia.
- a reconciliação nacional é um assunto global. Não é apenas uma questão de aproximar as lideranças. A exclusão da participação do povo em qualquer processo de resolução de conflitos nacionais, simplesmente adia o processo e dilata cada vez mais o seu sofrimento.
- os alinhamentos ideológicos e as conseqüentes diferenças, vetaram uma partilha civilizada do poder político (1975) forçando Angola a entrar numa nova era de guerra a da guerra civil. Este acto, principalmente, inviabilizou uma primeira

oportunidade para os Angolanos legitimarem por meio do voto, o seu primeiro governo.

Em vez disso, a força sobrepôs-se à razão, as três frentes de libertação de Angola voltaram-se uma contra a outra, numa luta, desenfreada, pelo controlo do poder político. Desta feita a noite da Independência, foi mais uma noite de semear luto que uma oportunidade de festa e reflexão do futuro.

Desde então, foram inauguradas novos rios que sangraram todo o país e por 27 anos, escrevendo uma das páginas mais longas da história dos conflitos, em África. Nesta confusão, como dizia António do Carmo Reis, “Depressa a burguesia se esqueceu da sua origem humilde, perdida nos bancos do negocio do grosso trato ou nos corredores das chancelarias, e progressivamente, ostensivamente, implacavelmente construiu um novo pedestal de grandeza incomensurável.” E acrescenta: “Aquele impulso que era um são individualismo, defesa indeclinável dos direitos da pessoa, esse alor cristão de reivindicação justa que ligou os homens na comuna – no maqui – foi adrede corroído pelo cancro de Mamom, o lucro sedutor, o capital alienante. O burguês transformou-se no capitalista, engorda fartamente como um polvo gigante, lança tentáculos no comércio, nas finanças e na industria, estrangula e mata.” Era o início de uma era de sacrifício inexplicável para o povo Angolano.

As consequências desta aventura são incalculáveis quer do ponto de vista material, humano e psíquico-moral.

Secularizou-se a sociedade inteira; atrasou-se o programa da reafirmação da nossa identidade histórica comum – a convergência de ideias e aspirações dos vários povos e culturas desta terra para a construção da Nação; o povo foi cada vez mais empobrecido; seu ambiente natural e vida rural desarticulados; a guerra de contestação imposta pelos excluídos desgastou a nação e fez mais vítimas que toda a guerra contra o colonialismo Português; gerações inteiras perderam oportunidades para se prepararem para a vida; a fuga das comunidades rurais para as cidades tornou estas ingovernáveis; o país perdeu o seu melhor cérebro que preferiu emigrar para outros países em busca de paz e emprego; a terra fértil e produtiva de Angola foi enchida de minas anti-pessoais e anti-tanques, chegando a ser o segundo país mais minado do mundo, depois do Afeganistão; mais de 70.000 mutilados de guerra; 4,1 milhões de deslocados; e milhares de exilados.

### **3.2. A Luta pelo Controlo do Poder Económico**

Não me referi até aqui as influências externas. Basta concordar com a Senhora Margareth Ansty de que: “Angola foi vítima da guerra fria.” As duas grandes potências, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e seus aliados, confrontaram-se aqui. O nosso povo pagou, inocentemente, o sacrifício da resolução de um conflito internacional.

Quando em finais dos anos 1980s o declive que estávamos a percorrer era de morte e com o apoio da conjuntura internacional, os Angolanos voltaram à mesa de negociações. Só que, em vez de olharem para as necessidades do presente, decidiram

rebuscar acordos não honrados. O que devia acontecer em 1975, foi decidido ter lugar em 1991 à 1992. Mais uma vez, não se teve em conta, aqueles que deviam ser os beneficiários directos da independência e do desenvolvimento que se pretendia alcançar, o povo. Este e as suas representações, associações e as organizações não governamentais, incluindo as Igrejas, e por azar do destino, novos partidos políticos que emergiram do espirito da nova era de abertura política, todos ficaram de fora.

O destino de Angola passou a depender de dois oponentes que eram mais inimigos que actores de uma era de democracia.

Mais uma vez, as pressões externas, acreditando no seu poder de impor processos pela via da força, encorajaram, não somente as negociações bipolarizadas, como uma calendarização que mais uma vez minimizou a importância de um profundo exercício de reconciliação nacional.

Como aconteceu recentemente no Iraque, por detrás destas precipitações há sempre vantagens geo-políticas e económicas para os membros mais fortes da comunidade internacional. E a experiência colhida até aqui, é que quando as vantagens económicas e geo-políticas são alcançadas, ou pelo menos previsíveis a via da justiça é sacrificada e o sofrimento dos povos, ignorado ou anesthesiado com programas de apoio humanitário, quando as capacidades de se estancar um mal pela raiz ou evitar-se a catástrofe, são visivelmente presentes.

Desta feita, o programa eleitoral de 1992 foi concebido, não como um exercício popular, para a legitimação de um Governo que pudesse implementar um programa de Estado comumente vantajoso, mas como oportunidade para o fortalecimento das posições conquistadas no campo da batalha.

Na verdade, foi-se para estas eleições com um quadro claramente definido:

- uma divisão quase efectiva, do campo mineral de Angola, com o petróleo como uma hegemonia do Governo e os Diamantes a serem disputados por ambos (Governo e UNITA e seus aliados)
- pressão externa dos aliados benefactores da situação petrolífera e diamantífera, mais ditada pela concorrência destes produtos no Mercado internacional que pelas necessidades do povo Angolano;
- a confrontação e legitimação de duas economias paralelas de guerra (incluindo a venda de armas) e a respectiva internacionalização do conflito.
- O papel por vezes ambíguo e conivente da Comunidade Internacional que se reflectiu nas decisões e acções das Nações Unidas, com relação a sua intervenção em Angola, pondo em perigo vidas humanas e o futuro de todo um país. Quando experiências do Ruanda e Burundi deviam ter ditado lições úteis.

Todos estes aspectos jogaram um papel crucial no desfecho das eleições de 1992 e ditaram o rumo dos acontecimentos pós-eleitorais.

## **4. ELEIÇÕES, A EXPERIÊNCIA ANGOLANA E LIÇÕES A TIRAR:**

### **4.1. Eleições sem Exércitos Rivais**

Em 1992, a não conclusão da fusão dos dois exércitos e o desarmamento dos excedentes, precipitou o processo de retorno a guerra, quando o resultado da eleições foi contestado por um dos concorrentes ao poder, a UNITA. Se não houvesse dois exércitos qual seria o destino dos vencidos e o comportamento dos vencedores? Essa pergunta é propositadamente feita porque Angola esta reunindo condições para que nas próximas eleições, a questão dos dois exércitos não poderá estar em causa. Porém há lições Africanas que nos recomendam a não cruzarmos os braços.

Falar da experiência, é referir-se a tudo o que nos recorda alguns acontecimentos passados que a memória retêm vivas como traumas profundos ou não. Esses traumas podem dar-nos impulsos para reagirmos, fazendo coisas ou perspectivando avenidas que apontam para a realização das nossas expectativas.

Porém, as recordações que temos dos acontecimentos em Angola, por vezes, paralisam e desencorajam, pelo seu carácter violento, desumano e traumatizante. Ainda hoje, o que aconteceu continua vivido no mais profundo da nossa alma, de tal forma que, quer esteja presente ou não o facto (o que aconteceu), sempre supomos estar experimentando a mesma sensação má e violenta. Por isso falar da experiência Angolana, neste contexto, significa reviver este trauma herdado dos factos reais que aconteceram e puniram inocentes, antes e depois de Novembro de 1992. Trauma que é preciso tentar perceber, clarificar e curar, se desejarmos aprender a não repetir os mesmos erros.

A experiência Angolana dos processos eleitorais – falhados em 1975 e contestados em 1992 - leva-nos a concordar com o Dr. Pinto João, que ainda este ano afirmou:” As eleições, não são um método de resolução de conflitos.” Porque, segundo Ele, “ as eleições só seriam um instrumento de consolidação da paz e de unidade nacional, se através do seu voto soberano, sincero e autêntico, livre e secreto, o cidadão protagonizasse a mudança do sistema e do regime político em Angola.”(7)

Isto é verdade, devido ao caracter marcadamente triunfalista do esquema perde/ganha e ganha/perde que se dá ao resultado das eleições. Este esquema é em si mesmo conflituoso que devia ser substituído por outro esquema mais consensual, como seja perde/perde ou ganha/ganha.

Isto é ainda mais grave em situações em que não existe uma clara definição das funções das instituições do Estado que possam garantir a eficácia de um Código de Conduta Eleitoral, um julgamento independente dos erros verificados e um sistema de protecção despartidariizado que garanta confiança e segurança a todos os cidadãos, independentemente das suas opções, num processo eleitoral.

Para o esquema ganha/ganha, ou perde/perde, as eleições são uma forma de participação do povo num governo de consenso. E no consenso não há vitória, vitoriosos ou vencidos. Há sim solidariedade que nos leva a cultivarmos o espírito de que tudo o que aprovamos publicamente, como resultado das nossas acções e reflexões, sem privação ou coacção, é nosso, o assumimos e é para o nosso benefício.

## **4.2 A Finalidade das Eleições**

Por outro lado, as eleições, assim concebidas, como um ganha/ganha, devem ter para o povo fins diferentes, comparados aos dos partidos políticos. Para o povo as eleições devem ter objectivos claros que buscam resolver problemas concretos como: o desemprego, habitação, saneamento económico e público, educação, saúde, cooperação internacional justa, políticas agrárias e fundiárias apropriadas, uso racional dos recursos nacionais. Esses objectivos, devem ser a razão do povo escolher, de entre várias propostas políticas de governação, aquela que pode garantir a boa governação e a resolução dos problemas referenciados.

Infelizmente, boas políticas, são sempre boas intenções, carecem de homens de saber, íntegros, honestos, motivados, altruístas, solidários, que possam ganhar a confiança do povo, demonstrando a competência de saber fazer e passar das intenções à prática realizando o sonho do eleitorado. Assim, enquanto a tarefa de um partido político é convencer o povo a colocá-lo no poder e legitimar o seu poder, fruto do programa político-económico proposto, a responsabilidade do partido vencedor das eleições é sair do seu gueto partidário e procurar pelos melhores homens, lá onde os pode ter, capazes de ajudar o povo a realizar o programa aprovado. Aqui, assim, eu aprecio, governos de unidade nacional, que distribuem cargos por competência e mérito próprio e não por nepotismo.

Desta forma, porque elegemos o programa e não o partido, facilmente nos revemos no programa, como algo consensual, pela mais valia que pretende dar à vida de cada cidadão, independentemente da sua raça, filiação política, religião ou naturalidade.

Quando se vota no programa, elimina-se a prática da retaliação ou gratificação que consiste em punir aqueles que não votaram no nosso partido, ou regiões inteiras que não nos deram o seu voto e recompensar aqueles que nos apoiaram. Isto porque, não ajudando as pessoas e regiões do País a se desenvolverem, o nosso programa não está sendo implementado e por isso, corremos o risco de não sermos reeleitos nas próximas eleições, devido a insatisfação popular.

Por outra, o programa dá o que fazer, mesmo em caso de adiamento dele ser adoptado para a governação. Temos a tarefa partidária de melhorá-lo, até que vinque. Mas quando não se tem programa e claros ideais, nas eleições, lutamos para impormos a vitória

Assim, quando se tem de votar num programa, não precisamos de nos armarmos, porque o nosso programa vai convencer o povo a adoptá-lo, mais pela sua justeza que pela sua origem ou grandeza. A vitória que vem da intimidação, dá curtas alegrias. Mas a que vem da cooperação e solidariedade, dá sono e paz ao governante.

Tudo isso não se consegue, sem educação, sem uma continua regeneração do Angolano e constante informação ao nosso povo sobre o significado dos processos democráticos. Alguém disse:” Há várias realizações democráticas, mas democracia só há uma. Vista como polo de atracção para o qual convergem os esforços humanos do homem-animal político... persistindo na consecução de um mesmo ideal: a liberdade, a fraternidade e a igualdade.”(8)

## **5. CONCLUSÃO**

Em tom de conclusão e por tudo o que vivemos como resultado do processo que nos deve levar ao nosso destino histórico, devo salientar a necessidade de trabalharmos muito e juntos. Para que:

### **5.1. Aprendamos a Criar uma Atmosfera Amigável**

O fim da guerra e a assinatura dos Acordos do Luena, criaram as condições para se fazer um trabalho mais profundo de reconciliação Nacional, num clima sem armas.

Um dos males que a guerra trouxe é a desconfiança, o medo, o receio de se exprimir que os Angolanos manifestam. Isto implica que há um trabalho muito grande a fazer para reganharmos a confiança reciproca. Este trabalho só será possível se nos apercebermos de que é mais fácil fazermos amigos que nos defendermos dos inimigos.

No caso específico de Angola, criar uma atmosfera amigável, é uma responsabilidade nacional e inclui o processo da reconstrução do País. Significa que devemos continuar na senda de olhar para as condições daqueles que pagaram o preço mais alto deste conflito: Concluir o reassentamento, olhar para os desmobilizados quer das FAPLA, FAA, FALA e ELNA; concluir o processo do repatriamento e a inserção dos irmãos ontem exilados na sociedade mãe; desarmar a população e educá-la a confiar nos órgãos de defesa e segurança, especialmente a polícia; trabalhar no sentido de que estes órgãos se comportem no sentido de provarem que existem para garantir a integridade de todo o cidadão e do território nacional; valorizar mais as pessoas por aquilo que sabem e podem emprestar a Nação sem discriminação.

Somente harmonizados, fazendo-nos amigos uns dos outros, tolerando e perdoando, mas acima de tudo dialogando, construiremos um ambiente que nos é familiar, no qual operamos sem restrições.

### **5.2. Aprender a Clarificar Nossas Percepções**

No mundo em que vivemos, dependemos da complementaridade. Não sabemos tudo, nem tão pouco temos tudo. Precisamos uns dos outros. Angolanos, somos poucos. Destruindo-nos deixaremos Angola para os estrangeiros.

Há factores que precisamos conhecer. Especialmente aqueles que tornaram este País num lindo mosaico etno-cultural. A democracia é um processo de continua interacção, conhecimento mútuo e diálogo ininterrupto. Constante negociação e uma busca interminável de consensos e coligações entre políticos e forças sociais.

O inimigo que produz o preconceito é a ignorância. Precisamos de alimar nossas mentes sobre muitos conceitos políticos e sociais para não agirmos movidos por simples emoções. Muitos falamos de Angola a partir da televisão e do mapa e desconhecemos a realidade, a vida social, os costumes e tradições dos povos que a constituem. Por esta causa, não conseguimos apreciar o que de bom vemos. Em vez disso, nos tornamos impacientes, intolerantes desenvolvendo à nossa volta um ambiente hostil e de rejeição. Num ambiente hostil, as pessoas escondem aquilo que são e tornam-se reactivas, desonestas, perigosas, traidoras e intriguistas.

### **5.3. Aprender a Analisar a Fonte dos Conflitos.**

Devemos ter cautela porque podemos ser persuadidos a fazer a guerra dos defuntos. Algumas das causas dos conflitos que vivemos, são remotas e escondidas por detrás da história e dos tempos. Como nunca foram tais causas analisadas e resolvidas nós pagamos a dívida que não contraímos.

O contrário também é verdade. Podemos acordar e estarmos satisfeitos de que o fim da guerra é o fim dos conflitos. Não! Se as causas que estiveram na base do surgimento de um conflito não forem devidamente analisadas e resolvidas, o conflito ressurgirá. Não esqueçamos que quando os desejos humanos não são atendidos ou promessas feitas não são honradas, há conflitos.

Analisar a fonte de conflitos, como prática social, ajuda-nos a perceber as reivindicações dos outros, e aceitar que como humanos, também eles têm direito à segurança, alimentação, habitação, terra, reconhecimento, apreciação e liberdade de se exprimirem.

### **5.4. Aprender a Desenvolver um Poder Positivo**

Na Bíblia lemos que Jesus, enviou seus discípulos Evangelizar. Delegou-os com todo o Poder do Céu e da Terra para fazerem milagres e salvarem vidas. Quando voltaram para dar relatório, de entre muitas coisas, informaram terem encontrado alguém que com eles competiu fazendo a mesma coisa. E eles disseram ao Mestre: proibimo-lhe fazer o que só a nós nos cabia. Cristo ponderou e claramente disse: “Quem não é contra nós é por nós, deixai-o fazer.”(Marcos 9:38-40)

Nós precisamos desenvolver um poder mais solidário que dá lugar a outros se exercitarem de igual modo. Somos poucos, mas o amor de uns por outros pode nos manter coesos através de um poder inclusivo, em que dirigentes e dirigidos consultam-se mutuamente na tomada de decisões que afectam a vida da Nação e dos Cidadãos.

### **5.5. Trabalhar para Um Futuro Comum**

Finalmente, como disse no princípio, Angola que queremos é um projecto em construção e em busca da perfeição. É necessário que todos os Angolanos participem no processo de desenvolver uma visão comum para Angola dos nossos filhos e futuras gerações. A nossa experiência de muito sofrer é um bom motivo para juntos trabalharmos por uma Angola sem mais guerras; por uma Angola que dialoga e negocia e constrói a Nação com o sentido de prover para prever.

Mas tudo isso, só é possível com amor e solidariedade. Muito Obrigado.

Rev. André Cangovi Eurico.  
IECA  
Caixa Postal 1552,  
Tel. 355108, 350868

## 6. Bibliografia:

- (1) – Reis, António do Carmo, “Apontamentos de Introdução à Política”, Porto Editora, Porto, 1974 (P.9)
- (2) – Henderson, Lawrence Wallace, “A Igreja em Angola – Um Rio de Várias Correntes”, Editorial Além-Mar, Lisboa Codex, 1990, (P.330)
- (3) – Thilly, Frank, “A History of Philophy” Henry Holt and Company, N.Y. 1914, (P.257)
- (4) - Chipenda, José Belo, Boletim Informativo da IECA, “A Nossa Jornada, Nº 2, Setembro 1998,” - Editorial, (P.1)
- (5) – Nyanga, Rev. Ngoy Daniel Mulunda, “The Reconstruction of Africa – Faith and Freedom for a Conflicted Continent,” AACC, Nairobi, Kenya, 1997, (Chpt. 3, P.59)
- (6) – Reis, António do Carmo. Op.Cit (Pg. 11)
- (7) – João, Dr. Paulino Pinto, “Eleições: Instrumento para Legitimação do Poder Rumo a Consolidação da Paz” Tema apresentado na Conferência Nacional do CICA, sobre A Contribuição da Igreja na Consolidação do Processo da Paz,” 27-30 de Julho de 2003, Luanda.
- (8) – “A Sociedade Civil Angolana e a Paz – Como Participar na Edificação da Paz?” – Documentação do Workshop da Rede da Paz em Angola, realizado de 29-31 de Maio de 2002, em Luanda, Edição do COIEPA e FES, Luanda.
- (9) – Weeks, Dudley, “The Eight Steps to Conflict Resolution – Preserving Relationships at Work, at Home, and in the Community,” J.P.Tacher, Los Angeles, 1992

